



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

**Projeto de Lei nº 79/2020.**

**Autoriza o Poder Executivo a contratar servidores temporariamente para a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar temporariamente servidores para a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, pelo período de até 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, de acordo com o Art. 234 do Regime Jurídico dos Servidores.

QUANTIDADE	CARGO/FUNÇÃO	PADRÃO
02	Fiscal Ambiental	24

**Art. 2º** As contratações de que tratam o Art. 1º, deverão seguir a ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2016.

**Parágrafo único.** Os cargos não constantes no edital do referido concurso, ou pendente de fase classificatória, deverão seguir a ordem de classificação por meio do Processo Seletivo Simplificado.

**Art. 3º** Farão jus os servidores contratados por esta Lei, facultativamente, ao vale-alimentação previsto na Lei 1.373/2010.

**Art. 4º** As contratações são emergenciais com respaldo no inciso IX, do Art. 37 da Constituição Federal.

**Art. 5º** As despesas com as contratações serão suportadas por dotações orçamentárias das respectivas secretarias contratantes.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

**Projeto de Lei nº 79/2020.**

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhores Vereadores!

O presente Projeto de Lei visa solicitar autorização legislativa para contratar temporariamente (02) dois Fiscais Ambientais, para a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, período de até 12 (doze) meses.

Primeiramente, informamos que a única fiscal ambiental concursada, a servidora Rosane Pereira, continua afastada de suas funções por licença saúde e com prazo indeterminado de retorno.

O Setor de Meio Ambiente está atualmente com dois fiscais ambientais contratados temporariamente através da Lei nº 2110/2019 alterada pela Lei nº 2142/2020, cujo prazo está próximo de encerrar.

Além disso, não há previsão de concurso público para a vaga em questão para os próximos anos.

Diante do exposto e das atuais demandas dos processos e denúncias relacionadas a fiscalização ambiental, bem como, as demandas do Ministério Público e Câmara de Vereadores, encaminhamos o referido projeto.

Desta forma, envio a presente proposta, confiante de sua aprovação, nos termos do Art. 51 da Lei Orgânica.

Xangri-Lá, 16 de outubro de 2020.

**Cilon Rodrigues da Silveira**  
**Prefeito Municipal**